

Índice

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1	
UM INÍCIO PROMISSOR	17
CAPÍTULO 2	
FRÁGEIS CONSENSOS	38
CAPÍTULO 3	
INTRUSO NA MADEIRA, ESTATUTO NOS AÇORES	68
CAPÍTULO 4	
CUSTOS NO BPN, EMBATE PT/TVI	86
CAPÍTULO 5	
O CASO DAS ESCUTAS	118
CAPÍTULO 6	
VIOLAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA	141
CAPÍTULO 7	
AS SEQUELAS	164

CAPÍTULO 8	
PUBLICAÇÃO DAS ESCUTAS E CONDENAÇÃO DO DN	194
CAPÍTULO 9	
O DECLÍNIO DE SÓCRATES E OS PRIMEIROS SINAIS DE CRISE.....	226
CAPÍTULO 10	
A MUDANÇA INEVITÁVEL.....	250
CAPÍTULO 11	
A QUEDA DE SÓCRATES, A CHEGADA DA <i>TROIKA</i>	274
CAPÍTULO 12	
EM PERDA DE VALOR	301
CAPÍTULO 13	
TEMPO DE ECLIPSE	324
CAPÍTULO 14	
A HORA DO PRESIDENTE.....	350
CAPÍTULO 15	
EM FIM DE MANDATO	375
CAPÍTULO 16	
A SAÍDA DE CENA	399
EPÍLOGO	424
Cronologia dos acontecimentos narrados	426
AGRADECIMENTOS	430

INTRODUÇÃO

Este é o livro que não gostaria de ter escrito, mas este é o livro que tive de escrever. Após ter-me visto envolvido numa situação política que ficou conhecida pelo “caso das escutas a Belém”, o que os amigos mais me pediram foi que, um dia, contasse tudo o que se passou. Não o pude fazer antes, por um dever de reserva enquanto desempenhasse funções na Casa Civil do Presidente da República. Com o fim do mandato presidencial em 9 de março de 2016, cessou essa limitação e agora corre plenamente por minha conta tudo o que julguei dever escrever, para que as coisas sejam colocadas no seu devido lugar. O tempo foi o melhor companheiro para encontrar respostas para as questões que só os anos ajudam a esclarecer. Fiz da minha paciência um permanente exercício de resistência para, desse modo, poder aguentar não só o que foi dito e escrito violentamente contra mim mas, também, as consequências pessoais da minha transferência para outras funções na Presidência da República, deixando a Assessoria para a Comunicação Social.

Muito antes de ter sido exposto publicamente o meu nome no verão de 2009, já fora alvo de um ataque traiçoeiro por parte de alguém com quem sempre mantivera uma relação pessoal e profissional correta. Num texto publicado em abril de 2007 na revista do *Expresso*, embora nunca citando o meu nome, foram-me feitas referências insultuosas. O autor, um personagem que pontificava no noticiário da noite de um canal por cabo, não só usava, de forma distorcida, conversas que tivera comigo em momentos sociais, como recorria a mentiras para justificar o ataque pessoal que me fazia. Obviamente, a minha surpresa foi total, assim como de amigos que não conseguiam encontrar explicação para tal comportamento. Como nenhum mal lhe fizera que motivasse tão descarada atitude, tive o pressentimento de que o ataque marcava o início de algo mais vasto e perigoso que me estaria destinado. Não me enganei.

De facto, com o andar do tempo fui confirmando que me encontrava sob a mira do poder socialista. Cabendo-me no Palácio de Belém a tarefa de assegurar a comunicação com os jornalistas e escapando a Presidência da República ao seu controlo – o titular em exercício, Aníbal Cavaco Silva, não vinha da família socialista como os seus dois antecessores – era natural que os socialistas, no Governo e no partido, prestassem a maior atenção ao trabalho do Presidente e à forma como se relacionava com os portugueses. Fazendo crer, por um lado, que apreciavam a disposição do Presidente para cooperar com o Governo, nunca deixaram de manter, por outro, uma posição de desconfiança relativamente à sua conduta política. Não era um deles.

Aos socialistas de Sócrates não interessava, pois, um poder forte no Palácio de Belém e, muito menos, um Presidente que quisesse passar por impoluto, de tal modo que lhe conferisse uma superioridade moral e política na relação com o Governo. De resto, pelo seu feitio, Sócrates nunca suportaria que o Presidente beneficiasse dessa posição de conforto. O processo mais fácil para o debilitar seria criar à sua volta uma zona de atrito. Para tanto, a partir de dada altura, tentaram descredibilizar a comunicação que a Presidência mantinha com os *media*. Era mínima, mas o suficiente para ser seguida pela rede socialista. Em blogues ligados ao poder socrático e com a cumplicidade de jornalistas alinhados, passei a ser identificado pela “fonte de Belém”. Assim, e segundo a central de intoxicação socrática, tudo o que fosse atribuído à Presidência da República só podia ter proveniência da “fonte de Belém” e, como tal, devidamente focada, havia que torná-la vulnerável.

O apagamento a que fui remetido em Belém, após o chamado “caso das escutas” em setembro de 2009, na presunção de que dessa maneira se acalmariam as raivas contra o Presidente em período de aproximação da campanha eleitoral presidencial, fez-me sentir, ao mesmo tempo, quanto Belém passou a estar condicionado pelo poder de intimidação de José Sócrates. Os socráticos perceberam isso e exploraram bem a situação. Uma forma de o fazer era expor-me constantemente na imprensa afeta e nos blogues socráticos.

Reeleito Cavaco Silva, era normal que me questionasse sobre o interesse do Presidente na minha permanência. Estava no seu direito, no início do novo mandato, proceder a uma recomposição da sua Casa Civil e, a pretexto disso, querer excluir-me. Ao contrário do que seria de esperar, atendendo à circunstância de me encontrar recuado no meu trabalho na Presidência, pude constatar que aqueles que me tomaram como alvo não abrandaram as ações de vigilância e de controlo da informação que processava através do telemóvel ou computador. Foi-me possível detetar essas ações com dados factuais. Também descobri que encontros com amigos no

espaço público eram seguidos normalmente por alguém de quem consegui a identificação. A minha mulher não foi poupada. Só quando José Sócrates saiu do poder, em junho de 2011, é que senti que tinha terminado o condicionamento em que a minha mulher e eu vivêramos.

O Presidente quis que me mantivesse. Optei pela total discrição, num ambiente onde ainda imperava o receio. Continuei a escrever notas políticas, notas com ideias para discursos e notas com perguntas/respostas para as saídas do Presidente. Pontualmente, eram-me pedidas tarefas específicas. Deixei, porém, de ser solicitado a emitir qualquer opinião sobre os assuntos da comunicação do Presidente, interrompendo assim um período de mais de 20 anos de trabalho nessa área, quando iniciei funções com o primeiro-ministro Cavaco Silva. Logo após o meu afastamento, a ex-jornalista Laurinda Alves publicou no jornal *i* um texto que refletia bem esse tempo. Depois de referir que me conhecia há 24 anos, escreveu a meu respeito: «Guardo dele a imagem de um homem sério, discreto e leal, que marcava pela presença atenta aos detalhes e pelo profissionalismo com que acompanhava Cavaco Silva. Aliás, a prova desse profissionalismo e da confiança de que era digno está na longevidade da proximidade entre um e o outro».

A relação com Cavaco Silva foi-se definindo com o tempo. Ainda quis encarar alguns gestos internos como sinais encorajadores, mas foi pura ilusão. Verdadeiramente chocante, para mim e para a minha mulher, foi quando Cavaco Silva e mulher passaram por nós, no fim do almoço do Dia de Portugal em Faro, em 2010, e fizeram de conta que não nos conheciam. José Sócrates estava por perto. Eu deixara praticamente de acompanhar o Presidente e aquela fora uma raríssima ocasião em que participei num acontecimento público por ele presidido. Não queríamos acreditar no que nos acabava de suceder. Tínhamos ficado na mesa onde estava sentado o deputado João Soares. Apesar de nunca termos tido qualquer contacto anterior, foi muito amável e conversador. O que então se passou com Cavaco Silva e mulher não contámos a ninguém, pois entendemos que, enquanto eu estivesse em Belém, deveríamos manter essa situação em segredo, por respeito para com a figura institucional do Presidente da República. Não deixo, porém, de dizer que foi um momento que me encheu de tristeza e muito incomodou a minha mulher. Tivemos de encarar o sucedido como contingências da vida e... das relações humanas!

Lembrei-me, entretanto, do que Maureen Dowd, uma prestigiada colunista do *New York Times*, escrevera, nos primeiros dias de dezembro de 2009, sobre Greg Craig, «um fiel conselheiro que ajudou Barack Obama a chegar à Casa Branca». Craig fora afastado do círculo íntimo de Obama, porque lhe imputaram «milhares de fugas», mas as reações que o seu afastamento

provocou não pouparam o Presidente norte-americano. Depois de lhe chamar «o episódio mais desprezível da presidência», Maureen Dowd acrescentava: «Obama parece estar mais interessado em cortejar os seus opositores do que em cuidar daqueles colaboradores que lhe são leais». As palavras de Maureen Dowd conduziram-me à recordação do que a revista *Focus* dissera, a meu respeito, na edição publicada logo a seguir à vitória de Cavaco Silva nas presidenciais de 2006: «É o homem a quem Cavaco tem de agradecer a vitória. Mal-amado entre os jornalistas, seus pares, conseguiu transformar um político desinformado e, normalmente, seco e distante, numa pessoa afável, de bom trato e bom tato. Depois de muitos anos nas redações e nos ministérios, é mais do que justo chegar a Belém. A vitória nas urnas é, também, dele».

Porque me mantive em Belém? Mesmo que tivesse de fazer o caminho das pedras, como o fiz, era ali que teria de limpar a minha cara, levasse o tempo que levasse. Não se tem razão sempre, mas pode-se tê-la às vezes. Saber esperar é uma virtude. Friedrich Nietzsche escrevia que, «por vezes, o valor de uma coisa reside não naquilo que se alcança com ela, mas naquilo que por ela pagamos – naquilo que nos custa». No dia 29 de janeiro de 2012, o *Correio da Manhã* publicava em manchete «Homens de Cavaco nas fichas do espião». Na notícia dizia-se o seguinte: «O chefe da Casa Civil do Presidente da República, Nunes Liberato, assim como o antigo assessor de imprensa, Fernando Lima, são dois dos homens de confiança de Cavaco Silva que fazem parte da lista de contactos de telemóvel de Jorge Silva Carvalho, ex-diretor do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED). Os contactos são acompanhados de informações pessoais e profissionais de cada um dos membros do *staff* do Presidente da República».

A notícia do *Correio da Manhã* foi muito importante para mim, uma vez que, encontrando-me em Belém obrigado ao dever de silêncio, isso fazia com que me sentisse indefeso no meio de tantos ataques do exterior e intrigas internas. No entanto, sabia que não estava sozinho num processo que me atingira profundamente. Por mais manipulações que se fizessem, era impossível apagar os nomes e situações de todos os que, na época de Sócrates, se queixaram igualmente de estarem a ser vigiados: o Procurador-Geral da República, Fernando Pinto Monteiro, deputados – até do PS com ligações à fação de António José Seguro – magistrados com processos controversos para o poder socialista, jornalistas, assim como antigos militares e professores que contestavam o Governo. Cada qual, com as suas razões, manifestou publicamente as desconfianças de que as suas vidas eram seguidas. Ao fim e ao cabo, encontravam-se ligados a setores que o Governo

de Sócrates mais temia. Quando todos confessaram as suas suspeitas de vigilância, estariam também a inventar, como fui acusado?

Nos meus seis anos de sombra, tive ainda de aguentar com uma nova revoada de críticas, por causa de um artigo que publiquei, em dezembro de 2011, na edição brasileira da revista *Campaigns & Elections*, especializada em comunicação, estratégia e *marketing* político. Fora assinante da revista-mãe, que se edita em Washington, e achei interessante o convite que recebi para publicar um artigo no primeiro número da versão de língua portuguesa. Aproveitei as ideias de uma intervenção proferida, anos antes, numa conferência do Cenjor, a que dei o título «A importância da agenda». Não obstante o tempo passado, considerei que o tema continuava atual e, num plano absolutamente teórico, dissertei sobre as questões que nesse âmbito se colocam a um político, seja na sua expressão pública, seja quanto à necessidade de estar atento ao que os *media* informam a seu respeito. Estava, porém, longe de imaginar o brado que o artigo provocaria. De um momento para o outro, vi-me novamente projetado na comunicação social sem que tal o justificasse.

No dia 18 de dezembro, o *Diário de Notícias* mostrava-se conhecedor do meu texto e dava-me uma “ferroada” na secção «A Vespa», com direito a foto: «Assessor de Cavaco volta à escrita sobre... comunicação». Destacava que eu escrevera que «controlar o fluxo noticioso numa época de grande competição informativa é de vital importância para o êxito de qualquer iniciativa no plano político» e, nesse contexto, citava-me ainda que «uma informação não domesticada constitui uma ameaça com a qual nem sempre se sabe lidar». Em três palavras, e com indisfarçável maldade, o autor da “ferroada” avançava com esta conclusão: «Quem sabe, sabe...». Pensava eu que ficava por ali o “caso” que aquele diário pretendia criar, uma vez que não tivera repercussão nos dias seguintes. Mas não. A 4 de janeiro, Luís Paixão Martins reabria o assunto no Facebook às 06:45, assinalando que «Fernando Lima ‘regressa’ em revista brasileira». Nas horas que se sucederam, assisti a uma sequência imparável de referências de sentido tendencioso ao meu artigo. Começou pela *Briefing*, que no *online* dava eco ao texto, com algum picante, para manter vivo o interesse. Depois, foi a Lusa com um aproveitamento enviesado, evitando contactar-me, como mandam as regras do *Livro de Estilo* da agência. A cereja em cima do bolo, como se costuma dizer, foi a SIC Notícias e a TSF abrirem os noticiários das 19 horas com as citações convenientes para o efeito já delineado.

Ainda nessa noite, tive as primeiras reações, seguindo o processo clássico de ataque em matilha. A TSF foi ouvir o presidente do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas, Orlando César, que, obviamente,

disse que o Conselho reprovava «em toda a linha o conteúdo» do meu texto. No entanto, Orlando César viria a surpreender-me algum tempo depois, ao citar-me corretamente numa intervenção que produziu no âmbito de um colóquio internacional subordinado ao tema «Serviço Público: Limites e Desafios», realizado em Ponta Delgada, em 31 de maio de 2012. Entretanto, nas edições dos jornais da manhã do dia seguinte à divulgação de excertos do meu texto, não escapei a mais referências insidiosas, como se tivesse criado um novo escândalo. Dias mais tarde, no mesmo tom, o *Público* dedicava-me uma nota individual da edição de domingo. Chamava-me «o incorrigível *spin*», por expor uma «estranha teoria da informação». E rematava desta maneira: «Num país que apreciasse de verdade a liberdade, o *spin doctor* de Belém estaria em xeque». Também Ana Sá Lopes, no jornal *i*, me brindou com a sua opinião. O seu comentário apareceu a 1 de fevereiro, ou seja, dois dias após o *Correio de Manhã* ter noticiado que o meu nome constava das fichas do espião Jorge Silva Carvalho. Sá Lopes escolheu um título bastante apelativo: «Corre veneno puro nos fontanários de Belém». Fui elevado à categoria de «agência de comunicação do cavaquismo» e retratado como uma figura tenebrosa. Não lhe levei a mal. Nunca esqueci que em 1996 saí em minha defesa nas colunas do *Público*, quando fui maltratado no regresso à minha empresa de retaguarda, após anos de trabalho com o primeiro-ministro Cavaco Silva.

Por tudo o que estava a ser escrito a propósito do texto na revista brasileira, recordei-me, no âmbito das escutas do processo “Face Oculta”, da reprodução pelo *Correio da Manhã*, em 22 de dezembro de 2011, de uma alegada conversa de Armando Vara com Rui Pedro Soares. «Temos de controlar bem os gajos que escrevem», terá dito Vara ao seu interlocutor, numa fase em que o Governo de Sócrates se mostrava apostado no controlo noticioso da TVI. E não só. Segundo essa escuta, Armando Vara admitiu que o *Correio da Manhã* poderia ser adquirido. «Isso compra-se», foi a frase que proferiu, quando os dois falaram do rumor de que o Grupo Cofina se encontrava à venda. Afinal, não tinha escrito nada que não tivesse sido tentado, com pouca lisura, por intérpretes exímios na área sócrática... Num processo que pretendia vulnerabilizar-me novamente, nem tudo foi mau. João Garcia distinguia-me nos “Altos” no *Expresso* de 7 de janeiro, a par de Cavaco Silva, cuja mensagem de Ano Novo agradara ao jornalista. «A sua frontalidade tem a grande virtude de recordar os esquecidos e alertar os incautos para as verdadeiras funções e objetivos dos assessores de imprensa e agências», evidenciava João Garcia, na apreciação ao meu texto. Na Casa Civil, toda a agitação em redor do artigo fez com que tivesse de dar uma explicação superior.

O processo não se ficou pela controvérsia na comunicação social. Na madrugada de 5 de janeiro, às 03:50, entrava no meu *e-mail* pessoal, que estava referenciado no final do texto, uma pretensa «resposta ao artigo de Fernando Lima na revista *Campaigns & Elections*». Tomei conhecimento da chegada do documento pouco tempo antes de me deslocar para Belém, como o fazia diariamente em cada manhã. Verifiquei que tinha como destinatários, em primeiro lugar, eu próprio e, depois, o Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva. Mal cheguei a Belém, foi-me reencaminhada cópia do referido *e-mail*, que dera também entrada na Presidência, mas às 09:41. Nada me foi dito, porém, sobre o destino que internamente lhe tenha sido dado. O remetente assinava “Zé das Silvas”, obviamente um nome falso, e a dita resposta, que assentava em mais de 2600 palavras, destinava-se, essencialmente, a transmitir uma mensagem que não deixava margem para dúvidas em relação à minha pessoa: «Sr. Presidente da República: ou este homem é imediatamente demitido das funções que desempenha, ou o povo obrigará o Sr. Presidente a demitir-se das suas».

Em toda esta manobra, que começara de forma suave na véspera, de manhã cedo, não tive dificuldade em identificar a «mão atrás do arbusto», para usar uma expressão socrática. Estivera em anteriores operações que pretendiam atingir o Presidente e, talvez por isso, interroguei-me se esta ameaça direta feita a Cavaco Silva, se não me demitisse por causa do teor do artigo, não se terá manifestado de igual modo, provavelmente com mais veemência e junto de quem lha pudesse transmitir diretamente, no “caso das escutas”. Devido à forma como decorreu o meu afastamento, posso dizer que não fui o único com essa dúvida.

Na vida há aqueles que julgam que podem construir o seu sucesso aproveitando-se dos escombros dos outros. Os que em Belém entenderam que a forma mais fácil de agir, sem correr risco, era assustar Cavaco Silva em relação a quase tudo, fazendo-lhe crer que estavam a transmitir conselhos de grande prudência, tornaram-no um político diferente, quase irreconhecível. Aos poucos foi desaparecendo a figura do líder forte que concitara a admiração e respeito de uma larga maioria dos portugueses, e que se traduziu nas vitórias eleitorais que alcançou, para dar lugar a uma figura receosa, recuada, impercetível, cujo carisma se evaporou. A glória que procurava para o final de uma carreira política não a teve quando se despediu do Palácio de Belém.

Não é minha intenção fazer do que se passou comigo um caso pessoal, mas o que se passou comigo ajuda a compreender as relações entre Cavaco Silva e José Sócrates. Sócrates, violento nas suas atitudes, soube cercar o Presidente para o condicionar. Marcou-o e à família com a facilidade das mais-valias obtidas no âmbito do BPN e criou os instrumentos

de intimidação para o amedrontar e quem achou que o estava a proteger. O meu erro foi não ter valorizado suficientemente, no tempo certo, as vulnerabilidades de Cavaco Silva e da família que eram do conhecimento do então poder socialista. Só tive noção disso depois, quando me caiu a casa em cima. Todos os dias, os seus detratores as recordavam nos blogues ou nos comentários *online*. José Sócrates deixou o Governo em 21 de junho de 2011 e seria de esperar que Cavaco Silva ganhasse uma nova energia, livre que ficara de quem lhe movia uma guerra de usura que inegavelmente o fragilizara. Mas isso não aconteceu. A certa altura, pude constatar que a minha perceção, adquirida no momento em que tive de refletir sobre o que me acontecera com o meu afastamento, não era diferente da de Manuel Carvalho da Silva. Quando em novembro de 2013 se agravou o tom das críticas a Cavaco Silva, o antigo líder da CGTP admitia em relação ao Presidente, numa entrevista ao *Diário de Notícias*, que «houve uma situação de parecer que estava com telhados de vidro em torno do processo do BPN, e não só, e que isso o atrofiou».

Se permaneci em Belém por vontade do Presidente, tive a esperança de que o tempo ajudaria a superar a situação em que me encontrava. De resto, quando no início do segundo mandato me foi transmitido que o Presidente queria que continuasse, foi-me dito igualmente que «vai ver que tudo vai correr bem». Animado com esta mensagem, logo pensei que o pior tinha passado e se me abria novamente a possibilidade de trabalhar sem sentir o condicionamento que me pesava desde o meu afastamento. Enganei-me. A minha presença silenciosa continuava a ser incómoda. Por isso, ainda me intrigava o mistério da pressa de Cavaco Silva em que se soubesse que me afastara da função que eu desempenhava. A única exceção no meu isolamento residiu na participação que mantive nos trabalhos de preparação dos eventos das cerimónias 10 de Junho, por convite amável do secretário-geral da Presidência da República, Arnaldo Pereira Coutinho.

Evitei neste livro, propositadamente, citar alguns nomes. Uns, porque foram fontes importantes de informação; outros, porque viveram comigo as situações que me aconteceram, de vigilância e provocação; outros ainda, aqueles que na minha proximidade me dececionaram, por respeito à instituição que servi nos últimos dez anos. Quando se procede a uma análise de um período político intenso e cheio de controvérsias, como procurei fazer com este livro, o que conta são os factos e as interpretações. Recorri às minhas notas políticas, acervo que regista uma importante parte do meu contributo em Belém, mas considerei igualmente do maior interesse incorporar perceções e comentários de quem no espaço público me possibilitou, ao longo dos dez anos, uma melhor leitura dos acontecimentos. Sempre fui

atento à opinião publicada, mesmo aquela que me era desfavorável, porque entendo que faz parte de um todo que determina ou condiciona as dinâmicas de uma sociedade. Quem está na vida política e, nomeadamente, num centro de decisão por excelência, deverá ocupar-se desse escrutínio como método de trabalho. O valor das opiniões está no que elas refletem de setores ativos que procuram tirar o melhor partido das novas capacidades de comunicação. Escrevi este livro orientando-me pela verdade dos factos e não pela versão dos factos.

CAPÍTULO 1

UM INÍCIO PROMISSOR

A primeira conversa

Aníbal Cavaco Silva foi eleito Presidente da República em 22 de janeiro de 2006 e, até à sua posse, em 9 de março, o tempo de transição foi passado no Palácio de Queluz. Num gesto de grande respeito para com o sucessor, Jorge Sampaio dera indicações ao seu *staff* para que ali nada faltasse no apoio ao novo Presidente. Foi em Queluz que Cavaco Silva teve as primeiras conversas com vários daqueles que seriam os seus futuros colaboradores nas Casas Civil e Militar. Também concedeu audiências a Nicolas Sarkozy, então ministro do Interior e candidato presidencial em perspectiva, que se deslocara a Portugal para contactos no âmbito da sua função governamental, e ao príncipe Filipe de Espanha. Este último encontro ocorreu na véspera da tomada de posse de Cavaco Silva e o príncipe, que representava Espanha na cerimónia, pedira uma audiência de cortesia. Tinha uma mensagem do Rei de Espanha para transmitir ao novo Presidente e a ocasião proporcionaria ainda um reencontro entre duas figuras que se conheciam há muitos anos.

A curiosidade deste tempo de transição estaria, porém, no primeiro encontro entre Cavaco Silva e José Sócrates. Não existia qualquer relação pessoal ou política entre eles. Tinham-se cumprimentado no dia 4 de dezembro de 2005, no final de uma missa em memória de Francisco Sá Carneiro, na Basílica da Estrela, à qual ambos assistiram. Nessa data, Cavaco Silva já tinha cumprido alguns atos da sua pré-campanha presidencial, surgindo destacado nas sondagens em relação aos seus principais adversários – Mário Soares e Manuel Alegre – e José Sócrates levava oito meses de exercício do cargo de primeiro-ministro, recolhendo elogios de quase todos os quadrantes. Alguns analistas qualificaram-no mesmo como um «novo Cavaco», tais as semelhanças que encontravam no seu estilo de governação.

Essa circunstância seria, de resto, considerada auspiciosa, pois o que o País mais precisava, na cúpula do Estado, era de dois políticos que remassem no mesmo sentido.

O primeiro encontro entre José Sócrates e o Presidente que se preparava para iniciar o mandato deu-se fora dos holofotes da comunicação social. Foi no dia 2 de fevereiro de 2006, ao almoço. Não só ambas as partes evitaram anunciá-lo previamente, como o lugar escolhido era inacessível a qualquer jornalista que pudesse, eventualmente, ter beneficiado de uma fuga de informação. Na condição de anfitrião, o primeiro-ministro, escolheu o Forte de São Julião da Barra, lugar que Cavaco Silva conhecia bem do seu tempo de chefe do Governo. Desse primeiro encontro entre Cavaco Silva e José Sócrates não houve qualquer registo de imagem.

Na manhã do dia 2 de fevereiro, o Presidente eleito optou por se manter em casa, para daí seguir diretamente para São Julião da Barra. Antes de sair, telefonou-me. Nessa altura, já me encontrava em Queluz. Tendo participado na campanha eleitoral presidencial, fiz depois parte do pequeno grupo de elementos que asseguraram, no Palácio de Queluz, as tarefas de apoio à transição. Cavaco Silva queria saber se a imprensa daquele dia tinha alguma notícia que justificasse a sua atenção, antes de se encontrar com José Sócrates. Do que fora a minha leitura, destaquei-lhe o título da capa da revista *Visão*, que saíra nessa quinta-feira. O título era fortíssimo: «A Secreta Oculta de Sócrates» (ver Figura 1). E, em pós-título, a revista referia: «O primeiro-ministro está a criar um novo núcleo de serviços de informações, não previsto na lei e sem controlo do Parlamento».

O trabalho era assinado pelo jornalista Rui Costa Pinto, que começava por dizer: «A criação de uma nova secreta, na dependência direta de José Sócrates, sob a direção de Júlio Pereira, secretário-geral do Serviço de Informações da República Portuguesa (SIRP), está a gerar mal-estar no setor. Esse núcleo restrito de análise e produção de informações, já em funcionamento no edifício da Presidência do Conselho de Ministros, na Gomes Teixeira, indicia a existência de uma secreta paralela, uma espécie de serviço privado do chefe do Governo, atuando à margem da lei e de qualquer escrutínio do Conselho de Fiscalização, eleito pelo Parlamento». O autor do texto acrescentava: «Em causa podem estar, portanto, os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, já que o novo modelo não tem cobertura formal e jurídica».

Após o almoço com o primeiro-ministro, Cavaco Silva dirigiu-se ao seu gabinete, em Queluz. Pouco depois, chamou-me para sublinhar quanto lhe fora útil a informação que lhe prestara sobre a matéria contida na capa da *Visão*. Fora um dos primeiros assuntos que Sócrates abordara, pois estava preocupado com o que o seu interlocutor pudesse pensar. A notícia da

Visão referia ainda: «A situação não é desconhecida do novo Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, que, certamente, tem uma palavra a dizer, a partir de 9 de março, data em que toma posse, pois a lei obriga a que seja especialmente informado». Não me pareceu que Cavaco Silva tivesse informação específica sobre o assunto. Como Sócrates não estava, naquele momento, em posição de perguntar ao Presidente o que poderia, ou não, saber, a sua reação à notícia da *Visão* foi negá-la veementemente, o que iria tornar-se um hábito nele.

Para ser consequente com o que afirmara ao Presidente, José Sócrates – e também Júlio Pereira, secretário-geral do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) – avançou com uma queixa judicial contra Pedro Camacho, diretor da *Visão*, e contra o jornalista Rui Costa Pinto, acusando-os de difamação agravada. Ao mesmo tempo, o primeiro-ministro pedia uma indemnização de 250 mil euros à empresa que publica a revista. O julgamento teve início em outubro de 2010 e a juíza considerou que «o artigo não era ofensivo», que «não havia dolo» e que se «situava dentro do âmbito da liberdade de imprensa». Os dois jornalistas foram «absolvidos da acusação criminal», assim como do pedido de indemnização (ver Figura 2). Rui Costa Pinto, que saíra entretanto da *Visão*, comentou deste modo a decisão judicial: «Destruíram-me a carreira, mas não conseguiram destruir a minha credibilidade».

Não só o autor do texto não foi condenado como não se dissiparam, com o tempo, as dúvidas que Rui Costa Pinto levantara no seu trabalho sobre a alegada existência de um poder paralelo que se ocuparia, também, da recolha de informações para fins desconhecidos. Pelo contrário, situações estranhas apontadas por diferentes entidades, no domínio das comunicações, adensaram as suspeitas sobre o que poderia estar a acontecer e que se lhes escapava ao conhecimento. A conclusão era óbvia: só a um poder instalado, que tudo fazia para ser dominante mas se mostrava receoso do mundo que o rodeava, é que interessava o controlo de todas as alavancas que lhe permitissem o exercício de um poder total. O que não se consegue diretamente, quando o confronto é politicamente desaconselhável, procura-se obter por via indireta, através do que se oculta, para, desse modo, se condicionar todos aqueles que possam representar uma ameaça ao poder afirmado. Na primeira conversa que teve com o primeiro-ministro, nada do que a *Visão* escrevia parecia constituir, naquele momento, uma ameaça ao Presidente que iria ser empossado no dia 9 de março de 2006.

«Boa sorte, Senhor Presidente!»

«Boa sorte, Senhor Presidente!», assim se intitulava um texto que António Barreto, então colunista do *Público*, publicava neste diário, quatro dias antes de Cavaco Silva tomar posse. Na opinião do autor, um dos problemas mais interessantes do mandato do Presidente Cavaco Silva não lhe dizia apenas respeito. E explicava: «Trata-se do reconhecimento da sua plena legitimidade pelas esquerdas. Não a legitimidade formal e eleitoral, mas outra forma de legitimidade, a que resulta do reconhecimento feito pelos adversários e por todos quantos votaram noutros candidatos ou simplesmente não votaram. Essa forma de legitimação depende da ação». António Barreto recordou o que se passou em 1986, quando a direita portuguesa não quis reconhecer, inicialmente, o Presidente Mário Soares. Agora, segundo o articulista, «a eleição de Cavaco Silva foi um verdadeiro balde de água fria para as esquerdas». «Estas convenceram-se, há muito, que o ‘país era de esquerda’ e que o Presidente da República era um cargo cativo da esquerda», observou, acrescentando: «Os socialistas, especialmente, não se sentem bem. Pela primeira vez, não elegeram um Presidente. E o seu candidato oficial ficou em terceiro lugar. Não sendo os mais radicais de esquerda, são agora os mais amargos». No entendimento do articulista, a legitimação e o reconhecimento do novo Presidente pelas esquerdas «estão assim em aberto».

Porque essa era a sua percepção, António Barreto levantou, depois, questões que julgou oportunas naquele momento: «Darão as esquerdas os passos necessários e deixarão de considerar que é intruso qualquer Presidente que não seja dos seus? Fará Cavaco Silva alguma coisa para obter o reconhecimento e conquistar os corações das esquerdas?». E, logo a seguir: «Recorde-se o que fizeram, antes de si, em sentido contrário, Eanes, Soares e Sampaio: eleitos pelas esquerdas, depressa atraíram a si a nação, as instituições e as ‘forças vivas’, incluindo as direitas políticas e económicas». Depois de referir que «é indispensável que o Presidente não se limite a conversas alcatifadas com o primeiro-ministro e que, do que pensa, faz e quer, tenha o povo como testemunha», António Barreto deixava um aviso: «Uma coisa é certa: se o Presidente quer realmente influenciar o Governo, tem de lhe oferecer a sua mais leal cooperação. Como tem necessidade de correr riscos, por exemplo, o de que se perceba que o Governo não fez algo que ele queria. Como tem, finalmente, de o criticar, fazendo-o de maneira a que se saiba».

Na relação entre Cavaco Silva e José Sócrates, o episódio da *Visão* esfumou-se rapidamente. Logo no início do mandato, e porque o novo Presidente sentia que tinha de conquistar a legitimidade de que falava António